



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO**

Ofício Gabinete - 0287/2011. PMTP

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 86, da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei n.º 1127/2011 (Of. Leg. n.º 0302/2011) que: "Altera a Lei Municipal nº 4.043/96, e estende direitos a servidores públicos municipais responsáveis por deficientes físicos ou mentais", em conformidade com o parecer apenso ao presente oriundo da Procuradoria Geral do Município.

No entanto, considerando a relevância da iniciativa dessa Egrégia Casa Legislativa, cujo o mérito igualmente concordamos e com o intuito de que não incorramos em vício de Iniciativa, vislumbramos a possibilidade do envio em momento oportuno por parte deste executivo de projeto no sentido de atender a demanda do legislativo e da categoria dos servidores públicos municipais.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 30 de maio de 2011.


Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PL 000005/2011

PROCEDÊNCIA: SERVIÇO DE ATOS OFICIAIS/SMG

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS

ASSUNTO: OF LEG 0302/11 – PL ALTERA LEI 4043/96 – DEFICIENTES FÍSICOS

Da análise dos autos, atendendo solicitação, retorne ao Procurador Geral do Município, com a Minuta de VETO ao PROJETO DE LEI (Of. Leg. n.º 0302/11) que: ***“Altera a Lei n.º 4043/96 e estende direitos a Servidores Públicos Municipais responsáveis por deficientes físicos ou mentais”.***

Prazo para eventual veto: 15 dias úteis contados do recebimento no Gabinete (art. 86, §1º da LOM).

Em, 23.05.11

Jonathas Toralles Jr.
Procurador Municipal
OAB/RS 19016



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2

MENSAGEM:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pelotas/RS,
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 86 da LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, decidi vetar TOTALMENTE o PROJETO DE LEI (Of. Leg. n.º 0302/11) que: *"Altera a Lei n.º 4043/96 e estende direitos a Servidores Públicos Municipais responsáveis por deficientes físicos ou mentais"*.

Senhores Vereadores:

Decidi vetar o presente projeto, por considerá-lo manifestamente inconstitucional e ilegal, por afronta ao princípio da independência e harmonia dos Poderes, ao propor medida de natureza político-administrativa própria do Poder Executivo, via projeto de lei, pois compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa na organização e funcionamento da administração pública, planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais, forte o disposto nos artigos 1º, 4º e 62, IV e XIII da LOM c/c artigos. 5º, 8º, 60, II "b" e "d" e 82, III e VII, todos da Carta Estadual e artigos 2º, 61, §1º, II, "b" e "c" da CF/88. A jurisprudência do STF corrobora este entendimento.¹

Ao lado disso, entendo que o projeto seria contrário ao interesse público, pois manifestamente ilegal. **Primeiro**, porque carece de suporte legal, pois a Lei Orgânica vai firme no sentido de que compete privativamente ao Prefeito planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais, tal como acima alinhado. **Segundo**, porque o proposta confere direito ao servidor público municipal, acarretando provável aumento da despesa, mas não está acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, forte o disposto nos artigos 16 e seguintes da LC101/00.

¹ 5013649 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 11.368, DE 31.08.1999, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - VÍCIO DE INICIATIVA - VIOLAÇÃO DO ART. 61, § 1º, II, A E C, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SUSPENSÃO CAUTELAR DEFERIDA - A Lei nº 11.368, do Estado do Rio Grande do Sul, dispõe sobre regime de trabalho e de aposentadoria dos professores estaduais e tendo sido proposta por membro da Assembleia Legislativa, viola o art. 61, § 1º, II, a e c, da Carta Magna, que dá ao Governador do Estado a iniciativa legislativa privativa nessas matérias. Medida cautelar deferida para suspender, até o julgamento definitivo, a eficácia da Lei nº 11.638, de 31.08.1999, do Estado do Rio Grande do Sul. (STF - ADIMC 2115 - TP - Rel. Min. Ilmar Galvão - DJU 07.04.2000 - p. 44)

16
K.T



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3

Assim, tenho que a proposta é manifestamente inconstitucional, também ilegal, portanto, contrária ao interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Pelotas, 25 de maio de 2011

ADOLFO ANTÔNIO FETTER JÚNIOR
Prefeito